

Informações Financeiras Intermediárias AB Concessões S.A. e Controladas

30 de junho de 2020
com Relatório do Auditor Independente

AB Concessões S.A. e Controladas
Informações Financeiras Intermediárias
30 de Junho de 2020

Relatório do auditor independente sobre as Informações Financeiras Intermediárias.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	3 e 4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias	9

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Aos

Administradores e Acionistas da

AB Concessões S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da AB Concessões S.A. e controladas, em 30 de junho de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de informações intermediárias individuais e consolidadas consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias individuais e consolidadas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

Campinas, 03 de setembro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Luís Alexandre Marini
Contador CRC-1SP182975/O-5

AB Concessões S.A. e Controladas

Balço patrimonial - Ativos

30 de Junho de 2020

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	53	47	554.912	721.713
Contas a receber	4	-	-	67.333	74.971
Partes relacionadas	9	3.765	18.151	1.221	-
Impostos a recuperar		11.710	584	22.804	11.428
Instrumentos financeiros derivativos	19	-	-	159.192	181.325
Dividendos a receber	9	348.531	124.638	-	-
Outros ativos		1.071	1.154	12.629	11.160
Total do ativo circulante		365.130	144.574	818.091	1.000.597
NÃO CIRCULANTE					
Debêntures com partes relacionadas	9	2.665.013	2.585.682	2.665.013	2.585.682
Partes relacionadas	9	34.648	34.648	34.648	34.648
Contas a receber	4	-	-	69.118	69.334
Dividendos a receber	5	5.785	5.785	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	22.786	26.871	282.372	274.664
Impostos a recuperar		-	-	-	18
Depósitos e bloqueios judiciais	11	6.869	6.805	252.985	254.724
Outros Ativos		130	130	18.047	38.811
Direito de uso		2.604	2.788	5.822	-
Investimentos	5	2.019.357	2.197.709	-	-
Imobilizado		1.667	1.521	1.668	1.523
Intangível	7	1.386	1.851	2.730.061	2.907.456
Ativo Contratual	7	-	-	108.182	80.213
Total do ativo não circulante		4.760.245	4.863.790	6.167.916	6.247.073
TOTAL DO ATIVO		5.125.375	5.008.364	6.986.007	7.247.670

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

AB Concessões S.A. e Controladas

Balço patrimonial – Passivos e Patrimônio Líquido

30 de Junho de 2020

(Em milhares de reais - R\$)

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
CIRCULANTE					
Debêntures	8	-	-	689.175	819.805
Arrendamento Mercantil		291	279	1.656	2.130
Fornecedores		4.055	1.522	72.206	76.615
Partes relacionadas	9	368	3.027	1.003	3.459
Obrigações fiscais		15.569	3.298	86.205	74.162
Credor pela concessão	10	-	-	1.613	3.468
Obrigações sociais e trabalhistas		7.614	5.774	21.123	17.701
Provisão para manutenção e investimentos	12	-	-	89.817	130.156
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	105.596	97.508
Outras contas a pagar		172	457	28.960	30.222
Total do passivo circulante		28.069	14.357	1.097.354	1.255.226
NÃO CIRCULANTE					
Debêntures	8	-	-	1.742.763	1.898.992
Arrendamento Mercantil		2.413	2.562	4.363	4.223
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	11	1.402	1.064	210.055	179.365
Provisão para manutenção e investimentos	12	-	-	66.609	65.664
Dividendos a pagar		191.243	191.243	191.243	191.243
Debêntures e Mutuo com partes relacionadas	9	1.677.453	1.636.701	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	-	-	448.825	490.520
Total do passivo não circulante		1.872.511	1.831.570	2.663.858	2.830.007
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13				
Capital social		738.653	738.653	738.653	738.653
Reserva de capital		1.791.591	1.791.591	1.791.591	1.791.591
Reservas de lucros		694.551	632.193	694.551	632.193
Total do patrimônio líquido		3.224.795	3.162.437	3.224.795	3.162.437
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.125.375	5.008.364	6.986.007	7.247.670

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

AB Concessões S.A. e Controladas

Demonstração do resultado

Período findo em 30 de Junho de 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do período por ação básico e diluído - em reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	-	-	584.189	584.440
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	15	-	-	(256.027)	(208.917)
LUCRO BRUTO		-	-	328.162	375.523
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	15	(18.605)	(15.973)	(219.967)	(182.306)
Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos		16.340	(71.870)	16.640	(71.870)
Resultado de equivalência patrimonial	5	30.810	61.099	(21.758)	(23.500)
Outras receitas operacionais, líquidas	15	11.419	10.686	12.377	555
Total		39.964	(16.058)	(213.008)	(277.121)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		39.964	(16.058)	115.154	98.402
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	16	84.757	110.737	215.021	196.991
Despesas financeiras	16	(45.142)	(69.921)	(216.555)	(226.644)
		39.615	40.816	(1.534)	(29.653)
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		79.579	24.758	113.620	68.749
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	6	(13.137)	(11.878)	(100.669)	(109.196)
Diferidos	6	(4.084)	23.910	49.407	77.237
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		62.358	36.790	62.358	36.790

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

AB Concessões S.A. e Controladas

Demonstração do resultado abrangente
Período findo em 30 de Junho de 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	62.358	36.790	62.358	36.790
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	62.358	36.790	62.358	36.790

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

AB Concessões S.A. e Controladas

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Período findo em 30 de Junho de 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros do período	Total
			Reserva legal	Lucros retidos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	738.653	1.791.591	39.554	585.022		3.154.820
Lucro líquido do período	-	-	-	-	36.790	36.790
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019	738.653	1.791.591	39.554	585.022	36.790	3.191.610
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	738.653	1.791.591	47.171	585.022	-	3.162.437
Lucro líquido do período	-	-	-	-	62.358	62.358
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020	738.653	1.791.591	47.171	585.022	62.358	3.224.795

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

AB Concessões S.A. e Controladas

Demonstração do fluxo de caixa
Período findo em 30 de Junho de 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período		62.358	36.790	62.358	36.790
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período ao caixa gerado pelas					
(aplicado nas) atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	4.084	(23.910)	(49.407)	(77.237)
Depreciação e amortização	7	753	1.237	218.178	222.578
Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos		(16.340)	71.870	(16.340)	71.870
Juros sobre debêntures ativas e mútuos com partes relacionadas	9	(43.998)	(46.508)	(84.750)	(110.730)
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros	16	-	-	87.359	131.661
Variação monetária e juros com credores pela concessão e Provisão para manutenção e investimentos, líquida do ajuste a valor presente	12	-	-	11	495
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	11	748	-	21.441	14.645
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	-	-	43.314	28.992
Baixa do ativo intangível	7	-	-	(12)	(306)
Resultado de instrumentos financeiros não realizados	19	-	-	231	11
Resultado de equivalência patrimonial	5	(30.810)	(61.099)	(4.853)	26.980
				21.758	23.500
Variações nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes, do poder concedente e de partes relacionadas	4	14.386	(13.510)	6.645	(13.227)
Impostos a recuperar		1.796	-	(11.358)	(2.714)
Despesas antecipadas e outros ativos		268	-	13.473	(3.169)
Depósitos e bloqueios judiciais		(64)	(726)	1.739	(13.844)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(126)	2.042	(802)	1.628
Obrigações sociais e trabalhistas		1.840	132	3.422	(25)
Obrigações fiscais		12.271	11.871	121.931	97.122
Provisão para manutenção (utilização)	12	-	-	(59.243)	(27.678)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários (utilização)	11	(410)	-	(12.624)	(2.425)
Apropriação da outorga variável		-	-	(6)	(73)
Outras contas a pagar		(425)	184	(1.603)	4.140
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(12.922)	(11.062)	(109.887)	(99.714)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(6.591)	(32.689)	250.985	309.269
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Dividendos recebidos		7.028	55.102	-	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	7	(431)	(414)	(76.784)	(48.760)
Aumento de capital em controlada	5	-	(22.000)	-	-
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		6.597	32.688	(76.784)	(48.760)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Debêntures:					
Pagamento de principal		-	-	(291.510)	-
Pagamentos de juros		-	-	(79.875)	-
Empréstimos e financiamentos:					
Pagamentos de principal		-	-	-	(114.674)
Pagamentos de juros		-	-	-	(101.982)
Liquidação de outorga fixa		-	-	(1.860)	(5.183)
Recebimento (Liquidação) de instrumentos financeiros derivativos	19	-	-	32.243	2.209
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		-	-	(341.002)	(219.630)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		6	(1)	(166.801)	40.879
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO		47	48	721.713	466.490
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO		53	47	554.912	507.369

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

AB Concessões S.A. e Controladas

Exercício findo em 30 de Junho de 2020

(Em milhares de reais - R\$)

1. Contexto operacional

A AB Concessões S.A. (“Companhia”), sediada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, foi constituída em 16 de dezembro de 2011 e permaneceu sem atividades e sem registros contábeis até 29 de junho de 2012, quando recebeu, por conferência de bens, o investimento na controlada Triângulo do Sol Participações S.A.

A Companhia faz parte do grupo italiano Atlantia (“Atlantia”), um dos maiores em concessões rodoviárias do mundo. O Grupo Atlantia é o maior grupo no segmento de operação de rodovias da Itália que, em conjunto com suas subsidiárias internacionais, caracteriza-se por um dos maiores operadores do segmento no mundo.

A Companhia, após as reestruturações societárias ocorridas em 2015, passou a ser a controladora direta das seguintes concessionárias: Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. (“Triângulo do Sol”), Rodovias das Colinas S.A. (“Colinas”) e Concessionária da Rodovia MG050 S.A. (“Nascentes das Gerais”), e da empresa Solucionadora Conservação Rodoviária Ltda. (“Solucionadora”), além de deter o 50% da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (“Rodovias do Tietê”).

A seguir o objeto social das controladas diretas:

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A

A Triângulo do Sol é uma sociedade por ações, situada no município de Matão, Estado de São Paulo, e iniciou as suas operações em 19 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem - DER., regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411, de 30 de outubro de 1997. Tem como atividade preponderante a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de São Carlos, Catanduva, Mirassol, Sertãozinho, Borborema, Matão e Bebedouro. No contrato firmado com o DER., compete à Triângulo do Sol a execução e gestão dos serviços delegados, do apoio aos serviços não delegados e dos serviços complementares, pelo prazo inicial predeterminado de 20 anos. Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 16, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão por meio da prorrogação do prazo de concessão por mais 37 meses sem alteração do valor do ônus fixo nem do prazo de pagamento original. Dessa maneira, o período de exploração da concessão será até 18 de julho de 2021.

A Triângulo do Sol concluiu os principais compromissos assumidos de acordo com o contrato de concessão, que está disponível no sítio da ARTESP.

Em 28 de junho de 2019, por meio de publicação no DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio em 4,66%, sendo aplicável a partir de 1º de julho de 2019.

Em 30 de junho de 2020, por meio de publicação do DOE-SP, considerando o Decreto 64.879, de 20-03-2020, que reconhece o estado de calamidade pública, decorrente da pandemia do COVID-19 que atinge o Estado de São Paulo, reconhece o reajuste das tarifas de pedágio, mas posterga o início da efetivação para novembro de 2020.

AB Concessões S.A. e Controladas

Exercício findo em 30 de Junho de 2020

(Em milhares de reais - R\$)

1. Contexto operacional (Continuação)

Rodovias das Colinas S.A.

A Colinas é uma sociedade por ações, situada no município de Salto, Estado de São Paulo, e iniciou efetivamente suas operações em 2 de março de 2000, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem - DER., regulamentado pelo Decreto Estadual nº 41.773, de 12 de maio de 1997. Tem como atividades a operação, as ampliações e a manutenção do Lote 13 - Malha Rodoviária Estadual de ligação entre os municípios de Rio Claro, Piracicaba, Tietê, Jundiaí, Itu e Campinas. O contrato de concessão tem como objetivo a execução, a gestão e a fiscalização dos serviços delegados, dos serviços de apoio aos serviços não delegados e dos serviços complementares, pelo prazo predeterminado de 240 meses, com início em março de 2000.

Em dezembro de 2006, por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 19/06 do Contrato de Concessão nº 012/CR/00, foi autorizada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP a prorrogação do prazo de concessão por mais 100 meses, sem alteração do valor do ônus fixo, bem como do prazo de pagamento original, sendo ampliado o prazo da concessão para 340 meses, com término em 30 de junho de 2028, reconhecido pelo Termo Aditivo e Modificativo nº 18/06.

A Colinas assumiu os compromissos de acordo com o contrato de concessão, que está disponível no sítio da ARTESP.

Em 30 de maio de 2018, foi sancionada a Resolução SLT n. 04, o qual dispõe sobre a isenção de cobrança de eixos suspensos de veículos de transporte de carga que circulem vazios. De acordo com o contrato de concessão da Triângulo do Sol e da Colinas, ambas possuem o direito à recomposição do reequilíbrio contratual na equivalente medida dos impactos financeiros provenientes da aplicabilidade da referida resolução.

Contratualmente, as tarifas de pedágio das controladas Colinas e Triângulo do Sol são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ocorrida até 31 de maio de cada ano. Em 26 de junho de 2015, foi celebrado entre a Triângulo do Sol e Colinas e a ARTESP o Termo de Rerratificação aos Termos Aditivos e Modificativos nº 22/11 e nº 25/11, o qual estabelece que a partir de 1º de julho de 2015, para fins de reajuste da base tarifária quilométrica anual, será utilizado o índice de menor variação percentual apurado entre o IGP-M e o IPCA, preservado às concessionárias o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será implementada por meio de aumento do prazo da concessão, a ser formalizado por aditivo contratual.

Em 28 de junho de 2019, por meio de publicação do DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio em 4,65%, sendo aplicável a partir de 1º de julho de 2019.

Em 30 de junho de 2020, por meio de publicação do DOE-SP, considerando o Decreto 64.879, de 20-03-2020, que reconhece o estado de calamidade pública, decorrente da pandemia do COVID-19 que atinge o Estado de São Paulo, reconhece o reajuste das tarifas de pedágio, mas posterga o início da efetivação para novembro de 2020.

1. Contexto operacional (Continuação)

Concessionária da Rodovia MG050 S.A.

A Nascentes das Gerais é uma sociedade por ações, situada no município de Divinópolis, Estado de Minas Gerais, e iniciou suas atividades em 22 de maio de 2007, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Patrocinada para exploração de rodovias, firmado com a Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas do Governo do Estado de Minas Gerais - SETOP e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 43.702, de 24 de janeiro de 2003. A Nascentes das Gerais é uma Parceria Público-Privada de Propósito Específico conforme a Lei nº 11.074/04 e tem como atividade a operação, as ampliações e a manutenção da Rodovia MG-050, trecho de entroncamento BR-262 (Juatuba) - Itaúna - Divinópolis - Formiga - Piumhi - Passos - São Sebastião do Paraíso, trecho de entroncamento MG-050 e BR-265, BR-491, do km 0,00 ao km 4,65, e trecho São Sebastião do Paraíso - divisa MG/SP da Rodovia BR-265, mediante concessão na modalidade patrocinada. O contrato de concessão tem como objetivo a execução e a gestão dos serviços delegados e do apoio na execução dos serviços não delegados e a gestão e fiscalização dos serviços complementares pelo prazo de 25 anos, com início em junho de 2007; as cláusulas contratuais vêm sendo devidamente cumpridas.

Os riscos relacionados à demanda de tráfego da rodovia em relação ao volume projetado no estudo preliminar de tráfego, constante no contrato de concessão, são compartilhados entre as partes na proporção de 50% para a Nascentes das Gerais e de 50% para a SETOP, sendo essas consequências consideradas na determinação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. As variações da receita de pedágio verificadas a maior ou a menor, dentro da faixa de até 10%, são de responsabilidade integral da Nascentes das Gerais, e as variações acima da faixa de 10% são compartilhadas entre a Nascentes das Gerais e a SETOP, conforme antes especificado.

A Rodovia MG 050 assumiu os compromissos de acordo com o contrato de concessão público-privado, que está disponível no sítio da SETOP. Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos dos prazos das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

As controladas estimam os montantes relacionados a seguir, em 30 de junho de 2020, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos contratos de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Natureza dos custos	Colinas	Nascentes das Gerais	Total
	Previsão de 2020	Previsão de 2020 a 2028	
Total	26.913	764.758	791.671

1. Contexto operacional (Continuação)

As estimativas de investimentos foram calculadas mediante laudo contratado com peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

Investimentos que geram potencial de receita adicional: registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.

Investimentos que não geram potencial de receita adicional: registrados considerando a totalidade dos contratos de concessão e apresentados a valor presente na data de transição.

As concessionárias deverão devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos das estruturas em geral, principalmente do pavimento.

Covid-19

Em decorrência da pandemia relativa ao coronavírus (COVID-19), instaurada o âmbito mundial, no ano de 2020, diversas restrições estão sendo realizadas, por medidas preventivas à propagação do vírus. Até o presente momento, as consequências econômicas, revelaram uma queda parcial no tráfego da rodovia, em eixos equivalentes, a partir da segunda semana de março de 2020.

No cenário atual, não é possível prever o impacto e a extensão da pandemia de COVID-19 nos negócios da Companhia e na economia mundial. Também não é possível prever quanto a pandemia vai durar e quais serão os impactos na atividade econômica para retornar aos patamares anteriores. Uma situação prolongada pode acarretar uma desaceleração econômica, que pode causar um efeito adverso nos negócios, resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

De qualquer forma a Companhia vem adotando, junto com os órgãos reguladores e as instituições financeiras, medidas para mitigar os impactos da COVID-19.

2. Base para apresentação e elaboração das informações financeiras e principais políticas contábeis

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, inclusive notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e são consistentes com aquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019. A Companhia optou por apresentar as notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019. Consequentemente, as presentes demonstrações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e de suas controladas relacionadas na nota 1 e foram preparadas de acordo com os seguintes principais critérios:

- a) Eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas.
- b) Eliminação dos investimentos entre as empresas consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida.
- c) Eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

Normas novas, alterações e interpretações de normas

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 30 de junho de 2020 pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”, foram aplicados pela Companhia nas informações financeiras intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2020.

Norma	Descrição	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00(R2)) (vigência a partir de 01/01/2020)	Conceitos e orientações sobre apresentação e divulgação, bases de mensuração, objetivos do relatório financeiro e informação útil.	A Administração da Companhia avaliou os impactos do IFRS e entende que sua adoção não provocou um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de Negócios	Melhora a definição de negócio, ajudando na determinação se a aquisição é de um grupo de ativos ou de um negócio.	Essas alterações não tiveram impacto na demonstração financeira da Companhia
Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de Omissão Material	A nova definição estabelece que: “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras”.	Essas alterações não tiveram impacto na demonstração financeira da Companhia

AB Concessões S.A. e Controladas
Exercício findo em 30 de Junho de 2020
(Em milhares de reais - R\$)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Caixa e contas bancárias	50	47	7.266	9.197
Aplicações financeiras (*)	3	-	547.646	712.516
Total	53	47	554.912	721.713

(*) As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa sem mudança significativa de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB com remuneração média de 95% a 102,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

4. Contas a receber de clientes e do poder concedente – consolidado

	30/06/2020	31/12/2019
Pedágio eletrônico (a)	62.881	71.246
ARTESP - ponto a ponto (b)	69.118	69.334
ARTESP - ressarcimento (c)	7.205	7.205
Contraprestação pecuniária (d)	3.269	3.113
Outras	3.110	2.527
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.132)	(9.120)
Total	136.451	144.305
Circulante	67.333	74.971
Não circulante	69.118	69.334

- (a) Valores decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio.
- (b) Contas a receber do Poder Concedente da controlada Colinas referente à implantação do sistema ponto a ponto do pedágio, que, devido às perspectivas de recebimento a longo prazo, foram reclassificadas para o ativo não circulante.
- (c) Refere-se à ressarcimentos de evasão de pedágio previstos no contrato de concessão das controladas Colinas e Triângulo que, devido às perspectivas de recebimento a longo prazo, foram classificadas no ativo não circulante.
- (d) Contraprestação pecuniária referente à receita de subvenção, conforme cláusula do contrato de concessão.

Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes, a Companhia e suas controladas consideram qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do período. O prazo médio de vencimento, exceto ARTESP e SETOP, é de 30 dias. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	30/06/2020	31/12/2019
Em 1º de janeiro	(9.120)	(9.353)
Adições à provisão no período	(121)	(3.994)
Reversões no período	109	4.227
Em 30 de junho	(9.132)	(9.120)

AB Concessões S.A. e Controladas
Exercício findo em 30 de Junho de 2020
(Em milhares de reais - R\$)

5. Investimentos

Controladora

Em decorrência do processo de reestruturação societária, mencionada na nota 1, a Companhia passou a ser controladora direta da Triângulo do Sol, Colinas, Nascentes das Gerais e Solucion, bem como controladora em conjunto da Rodovias do Tietê.

A movimentação do investimento é como segue:

Participação no investimento	Nascentes das Gerais	Triângulo do Sol	Colinas	Rodovias do Tietê (i)	Solucion	Total
	100%	100%	100%	50%	100%	
Movimentação						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	242.395	573.557	1.411.960	-	(426)	2.227.486
Resultado de equivalência patrimonial	(27.903)	127.107	97.666	(75.053)	(207)	121.610
Dividendos distribuídos (a)	-	(167.213)	(81.860)	-	-	(249.073)
Outros componentes que constituem o investimento total líquido (i)	-	-	-	75.053	-	75.053
Aumento de capital em controlada (b)	22.000	-	-	-	-	22.000
Baixa do Investimento	-	-	-	-	633	633
Saldo em 31 de dezembro de 2019	236.492	533.451	1.427.766	-	-	2.197.709
Resultado de equivalência patrimonial	(27.052)	45.632	33.988	(21.758)	-	30.810
Dividendos distribuídos	-	(149.408)	(81.512)	-	-	(230.920)
Outros componentes que constituem o investimento total líquido (i)	-	-	-	21.758	-	21.758
Saldo em 30 de junho de 2020	209.440	429.675	1.380.242	-	-	2.019.357

- (a) Em 17 de abril de 2019 a controlada Triângulo do Sol realizou Assembleia Geral Ordinária que deliberou sobre a distribuição de dividendos no valor de R\$117.410, oriundos da conta de reservas de lucros. Em 27 de junho de 2019 a controlada Rodovia das Colinas realizou Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre a distribuição de dividendos no valor de R\$35.000, oriundos da conta de reservas de lucros.
- (b) Em 28 de junho de 2019, a controlada Nascentes das Gerais realizou Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da Companhia no montante de R\$22.000, com a emissão de 22.000.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas no ato, em espécie.

As informações sobre as controladas e controlada em conjunto são como segue:

	Controladas			Controlada em conjunto
	Nascentes das Gerais	Triângulo do Sol	Colinas	Rodovias do Tietê (i)
Participação - %	100	100	100	50
Ativo circulante	16.580	85.723	702.954	55.111
Ativo não circulante	968.320	808.052	2.013.816	1.681.593
Passivo circulante	262.521	478.766	680.286	1.677.750
Passivo não circulante	512.935	93.489	1.419.336	284.740
Patrimônio líquido	209.444	321.520	617.148	(225.786)
Lucro líquido (prejuízo) do período	(27.052)	81.685	78.875	(43.516)

- (i) O prejuízo reconhecido pelo método da equivalência patrimonial que excedeu o valor do investimento, foi aplicado aos demais componentes que constituem a participação e investimento total líquido da Companhia na controlada em conjunto Rodovias do Tietê, conforme mencionado na nota 9.

5. Investimentos (Continuação)

A Companhia possui dividendos a receber no valor de R\$5.785 em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, referentes à controlada Nascentes das Gerais; entretanto, de acordo com o contrato de concessão, a controlada somente poderá efetuar a livre distribuição de dividendos e pagamento de título de participação aos acionistas no período seguinte àquele em que tiverem sido atendidas as condições operacionais mínimas da concessão e executadas as intervenções obrigatórias previstas para 2029.

6. Impostos de renda e contribuição social diferidos

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Na controladora, o imposto de renda e a contribuição social diferidos correspondem ao saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão compostos como segue:

	Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019
<u>Ativo</u>		
Prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias:		
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários – nota 11	210.055	179.366
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	226.613	199.569
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	10.348	26.688
Obrigações Fiscais	104.182	96.791
Mudança de prática contábil (ICPC 01 (R1) e OCPC 05)	167.657	183.360
Arrendamento mercantil	199	123
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – nota 4	9.132	9.120
Provisão para manutenção	167.436	199.403
Base de cálculo	895.622	894.420
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total dos créditos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias	304.511	304.103
Benefício fiscal sobre concessão incorporada (a)	73.388	85.497
Total do crédito	377.899	389.600
	Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019
<u>Passivo</u>		
Diferenças temporárias:		
Outros ativos	15.975	26.497
Ajuste ao valor presente, líquido (b)	2.639	3.969
Encargos financeiros antecipados (c)	16.132	21.716
Instrumentos financeiros derivativos	20.549	47.936
Diferenças entre taxas de amortização contábil e fiscal	221.887	233.989
Juros de debêntures capitalizados	3.780	3.938
Direito de concessão adquirido	1.320.072	1.442.709
Base de cálculo	1.601.034	1.780.754
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do débito	544.352	605.456
Tributo diferido passivo líquido	(166.453)	(215.856)

AB Concessões S.A. e Controladas
 Exercício findo em 30 de Junho de 2020
 (Em milhares de reais - R\$)

Abertura do total líquido apresentado no ativo e passivo não circulante consolidado e por empresa:

Ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos:

AB Concessões	22.786	26.871
Colinas	71.109	69.470
Nascentes das Gerais	127.465	113.584
Triângulo do Sol	61.012	64.739
	282.372	274.664

Passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos:

AB Concessões (d)	(448.825)	(490.520)
Tributo diferido passivo líquido	(166.453)	(215.856)

- (a) Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o ágio de aquisição das controladas Triângulo do Sol e Colinas. O ágio que originou esse benefício fiscal foi calculado sobre a rentabilidade futura das controladas e será realizado de forma proporcional à amortização fiscal do ágio incorporado que o originou, até o prazo final da concessão.
- (b) Refere-se ao ajuste a valor presente das obrigações com o Poder Concedente (ARTESP).
- (c) Refere-se às deduções de empréstimos, comissões e Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, retidos na liberação dos financiamentos captados para adições ao intangível e debêntures.
- (d) Refere-se ao direito de concessão adquirido com a identificação e mensuração do direito de concessão dos investimentos.

Reconciliação dos impostos

O imposto de renda e a contribuição social consolidados líquidos, correntes e diferidos, são reconciliados com a alíquota nominal desses tributos, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	79.579	24.758	113.620	68.749
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(27.057)	(8.418)	(38.631)	(23.375)
Diferenças permanentes:				
Outros ajustes (a)	(640)	(324)	(7.212)	(594)
Resultado de equivalência patrimonial	10.476	20.774	(5.419)	(7.990)
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social	(17.221)	12.032	(51.262)	(31.959)
Correntes	(13.137)	(11.878)	(100.669)	(109.196)
Diferidos	(4.084)	23.910	49.407	77.237

- (a) Referem-se a diferenças permanentes e despesas não dedutíveis, entre outras, e diferenças temporárias para as quais não foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos.

7. Ativo contratual e intangível da concessão

A movimentação é como segue:

	Consolidado				Total
	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Marcas, patentes e direito de uso de software	Direito de concessão adquirido na combinação de negócios (c)	
<u>Custo</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.025.966	107.157	19.521	3.282.252	6.434.896
Adições	124.748	-	221	-	124.969
Baixas	(1.133)	-	-	-	(1.133)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.149.581	107.157	19.742	3.282.252	6.558.732
Adições	68.687	-	74	-	68.761
Baixas	(618)	-	-	-	(618)
Saldo em 30 de junho de 2020	3.217.650	107.157	19.816	3.282.252	6.626.875
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(1.420.005)	(90.105)	(15.050)	(1.594.277)	(3.119.437)
Adições	(201.219)	(3.834)	(2.097)	(245.276)	(452.426)
Baixas	800	-	-	-	800
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(1.620.424)	(93.939)	(17.147)	(1.839.553)	(3.571.063)
Adições	(92.948)	(1.701)	(669)	(122.638)	(217.956)
Baixas	387	-	-	-	387
Saldo em 30 de junho de 2020	(1.712.985)	(95.640)	(17.816)	(1.962.191)	(3.788.632)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.529.157	13.218	2.595	1.442.699	2.987.669
Saldo em 30 de junho de 2020	1.504.665	11.517	2.000	1.320.061	2.838.243
Taxa média de amortização	10,16%	3,66%	20%	13,18%	-
Ativo intangível					2.730.061
Ativo contratual					108.182
Total ativo da concessão					2.838.243

- (a) Refere-se a itens que retornarão ao Poder Concedente quando da extinção da concessão. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão.
- (b) Refere-se ao valor assumido para a exploração do sistema rodoviário. calculado a valor presente. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão.
- (c) Refere-se à apuração de ajuste do direito de concessão adquirido em combinação de negócios. A amortização é efetuada pelo prazo remanescente de concessão das concessionárias que lhe deram origem.

Análise sobre o valor de recuperação

A Administração da Companhia revisa, em bases anuais, a necessidade de registro de provisão para redução desses ativos ao seu valor de recuperação. Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Administração não identificou a necessidade de se reconhecer uma provisão para perdas no valor de recuperação desses ativos.

AB Concessões S.A. e Controladas
Exercício findo em 30 de Junho de 2020
(Em milhares de reais - R\$)

8. Debêntures – Consolidado

Controlada direta	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimento final	30/06/2020	31/12/2019
Colinas					
4ª emissão: (**)					
1ª série	57.132	100% CDI + 1,50% a.a.	Outubro/2020	63.411	127.338
2ª série (*)	12.368	100% IPCA + 5,00% a.a.	Outubro/2020	41.521	41.062
3ª série (*)	25.500	100% IPCA + 5,70% a.a.	Abril/2023	405.938	414.680
5ª emissão:					
1ª série	100	CDI a 100% + 1,30% a.a.	Outubro/2023	124.215	124.761
7ª emissão:					
1ª série	23.000	CDI a 100% + 1,30% a.a.	Outubro/2021	154.661	155.272
8ª emissão:					
1ª série	40.000	CDI a 100% + 2,35% a.a.	Agosto/2021	400.813	401.054
9ª emissão:					
1ª série	41.000	CDI a 100% + 1,50% a.a.	Junho/2025	410.683	410.944
2ª série	10.463	CDI a 100% + 1,65% a.a.	Junho/2024	104.811	104.877
Triângulo do Sol					
2ª emissão: (**)					
1ª série	32.402	100% CDI + 2,25% a.a.	Abril/2020	-	47.681
2ª série (*)	36.705	100% IPCA + 5,4% a.a.	Abril/2020	-	79.861
5ª emissão: (***)					
1ª série	390	100% CDI + 2,20% a.a.	Fevereiro/2021	195.342	299.064
Nascentes das Gerais					
4ª emissão: (**)					
1ª série	260	100% CDI+ 4,60% a.a.	Junho/2022	260.775	260.850
2ª série	200	100% CDI+ 6% a.a.	Julho/2022	285.900	273.068
				2.448.070	2.740.512
Custo de transação				(16.132)	(21.715)
Saldo líquido				2.431.938	2.718.797
Circulante				689.175	819.805
Não circulante				1.742.763	1.898.992

(*) Essas operações estão sendo mensuradas aos valores justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo (Nota 21).

(**) Essas operações não possuem cláusula de repactuação e são garantidas com a alienação fiduciária de 100% das ações de emissão das emissoras; cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos presentes e futuros, decorrentes da exploração das concessões objeto dos contratos de concessão mencionados na Nota 1; e, para as debêntures da controlada Nascentes das Gerais também há garantia em forma de fiança da Companhia.

(***) Em 16 de junho de 2018, a controlada Triângulo do Sol efetuou a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final em 15 de dezembro de 2020. O montante total da emissão foi de R\$390.000, sendo 390 debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000, em série única, as quais serão remuneradas pela variação de 100% do CDI mais 2,20% ao ano, cujos recursos foram destinados para o resgate antecipado total das debentures da 3ª e 4ª emissão, bem como o pagamento antecipado integral de Cédula de Crédito Bancário.

Cláusulas restritivas

As debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros. Em 30 de junho de 2020 as controladas não apresentavam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas.

AB Concessões S.A. e Controladas
Exercício findo em 30 de Junho de 2020
(Em milhares de reais - R\$)

9. Transações com partes relacionadas

Saldos patrimoniais	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Contas a receber, mútuos e debêntures a receber				
<i>Ativo circulante</i>				
Contas a receber de controladas (a):				
Concessionária da Rodovia MG050 S.A.	1.045	504	-	-
Rodovias das Colinas S.A.	904	6.997	-	-
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.	1.816	10.650	-	-
Soluciona Conservação Rodoviária LTDA	-	-	1.221	-
	3.765	18.151	1.221	-
Dividendos a Receber:				
Rodovias das Colinas S.A.	124.679	50.032	-	-
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.	223.852	74.606	-	-
	348.531	124.638	-	-
<i>Ativo não circulante</i>				
Contrato de mútuo a receber de controlada em conjunto :				
Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (b)	-	-	-	-
Contas a receber de acionista:				
Haulimau Empreendimentos e Participações Ltda (c)	34.648	34.648	34.648	34.648
Debêntures a receber:				
Infra Bertin Empreendimentos e Participações S.A. (d)	2.665.013	2.585.682	2.665.013	2.585.682
Contas a pagar, adiantamentos e debêntures a pagar				
<i>Passivo circulante</i>				
Fornecedores de serviços:				
SPEA Ingegneria Europea S.p.a.	-	311	-	311
C_SCL Assessoria Empresarial Ltda.	167	-	167	167
Autostrade per l'Italia	-	2.514	-	2.346
Contern Construções e Comércio Ltda.	-	-	596	596
Monte Verde de Lins Empresa Im. Ltda.	-	-	39	39
Adiantamentos				
Soluciona Conservação Rodoviária LTDA	201	202	201	-
Total do passivo circulante	368	3.027	1.003	3.459
<i>Passivo não circulante</i>				
Debêntures a pagar a controladas (e):				
Rodovias das Colinas S.A.	931.048	907.659	-	-
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.	528.369	515.097	-	-
Total	1.459.417	1.422.756	-	-
Mútuo a pagar a controladas:				
Rodovias das Colinas S.A.	218.036	213.945	-	-
Total	218.036	213.945	-	-
Total do passivo não circulante	1.677.453	1.636.701	-	-
Transações				
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Receitas de prestação de serviços:				
Concessionária da Rodovia MG050 S.A.	540	472	-	-
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.	5.451	4.977	-	-
Rodovias das Colinas S.A.	5.425	5.237	-	-
Soluciona Conservação Rodoviária LTDA	-	-	10.464	-
Total	11.416	10.686	10.464	-
Receitas (despesas) financeiras líquidas:				
Infra Bertin Empreendimentos e Participações S.A.	79.331	104.488	79.331	104.488
Concessionária Rodovias do Tietê S.A.	5.418	6.242	5.418	6.242
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.	(13.273)	(24.595)	-	-
Rodovias das Colinas S.A.	(27.479)	(39.627)	-	-
Total	43.997	46.508	84.749	110.730

AB Concessões S.A. e Controladas
Exercício findo em 30 de Junho de 2020
(Em milhares de reais - R\$)

- (a) Refere-se a contas a receber de execução de serviços de assessoria e gestão das controladas.
- (b) Refere-se a contratos de cessão de crédito junto a coligada Cibe Participações e Empreendimentos S.A. e a Linesa International Holding B.V., para a controladora em conjunto, Concessionária Rodovias do Tietê S.A. Os créditos são remunerados a 100% da taxa CDI, acrescida de 0,5% ao mês. Conforme mencionado na nota explicativa n. 5, o prejuízo reconhecido pelo método da equivalência patrimonial que excedeu o valor do investimento foi aplicado ao mútuo a receber da controlada em conjunto Rodovias do Tietê. A controlada em conjunto encontra-se em processo de pedido de recuperação judicial e apresentou plano de recuperação judicial. Desta forma, a Companhia reconheceu provisão para perdas esperadas de crédito sobre os demais componentes que constituem a participação e investimento total líquido da Companhia na controlada em conjunto Rodovias do Tietê, cujo valor nominal em 30 de junho de 2020 totalizava R\$ 120.694.
- (c) Refere-se ao valor a ser ressarcido pelo acionista de parte dos valores utilizados para liquidação dos processos arbitrais da controlada Nascentes junto ao Poder Concedente. Em 28 de junho de 2017, a Autostrade por meio da AB Concessões enviou à Haulimau, Notificação de cobrança, no valor de R\$ 34.647 a ser ressarcido pelo acionista de parte dos valores utilizados para liquidação dos processos arbitrais da controlada Nascentes junto ao Poder Concedente quando da assinatura do TA 07.
- (d) Refere-se as debêntures subscritas por suas partes relacionadas que foram incorporadas pela Companhia na reestruturação societária, representadas por quatro séries, sendo a última de 2014. Essas séries são compostas de 45 emissões ao todo que somam R\$1.161.525 em valores nominais. As debêntures são remuneradas a 100% da variação acumulada da taxa CDI, acrescida de juros de 2,6448% ao ano, com previsão de pagamento integral na data de vencimento. Os recursos da emissão das referidas debêntures foram investidos no sistema de concessão do Rodoanel Leste, operado pela SPMAR S.A, operadora concessionária dos trechos sul e leste do anel Mario Covas localizado na região metropolitana de São Paulo.
- (e) Em 29 de junho de 2012 a Companhia emitiu 1.800 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor unitário de R\$500 e valor total de R\$900.000, com vencimento original em 29 de dezembro de 2013. A controlada Colinas adquiriu 800 debêntures, totalizando R\$400.000, e a controlada Triângulo do Sol adquiriu 1.000 debêntures, totalizando R\$500.000. As debêntures da 2ª série passaram a ter seu vencimento em 15 de outubro de 2020. A administração da Companhia e suas controladas avaliam, já para o próximo semestre, nova prorrogação de vencimento destas debentures. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2018, foi aprovada a proposta de compensação dos dividendos adicionais, com o saldo de debêntures a receber da controladora Triângulo do Sol, com a compensação, no valor de R\$98.889.

Remuneração da Administração

Nos períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019
Salários	4.429	4.068
Encargos	1.278	1.185
Outros benefícios	961	939
Total	6.668	6.192

A Companhia e suas controladas não oferecem benefícios de longo prazo, rescisão de contrato de trabalho, plano de previdência privada nem remuneração com base em participações societárias para os administradores e outros funcionários.

10. Credor pela concessão

Refere ao saldo do ônus da concessão, calculados a valor presente, composto pelos valores devidos ao Poder Concedentes pela outorga das concessões das controladas Colinas e Triângulo do Sol.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas. Os montantes são reajustados pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

O saldo variável da controlada Colinas correspondente a 1,5% da receita de pedágio e 23,5% das receitas acessórias efetivamente auferidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. O saldo variável da controlada Triângulo do Sol correspondente a 1,5% da receita de pedágio e das receitas acessórias efetivamente auferidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

11. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

A Companhia espera que parte dos valores de provisão seja reembolsada, em decorrência dos contratos de seguros contratados, conforme mencionado na nota explicativa n. 20, e reconheceu os valores de reembolso como um ativo separado, no montante de R\$ 15.978.

A movimentação do saldo de provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários é conforme segue:

Consolidado						
	<u>31/12/2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Atualizações</u>	<u>30/06/2020</u>
Riscos:						
Cíveis (a)	79.513	3.708	(20.486)	(2.356)	8.908	69.287
Trabalhistas (b)	81.945	8.333	(2.112)	(10.171)	31.310	109.305
Tributários	1.295	749	-	-	2	2.046
Outras contingências (c)	<u>16.612</u>	<u>14.172</u>	<u>(1.270)</u>	<u>(97)</u>	<u>-</u>	<u>29.417</u>
Total	179.365	26.962	(23.868)	(12.624)	40.220	210.055
Consolidado						
	<u>31/12/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Atualizações</u>	<u>31/12/2019</u>
Riscos:						
Cíveis (a)	63.742	29.256	(19.971)	(5.580)	12.066	79.513
Trabalhistas (b)	45.631	50.743	(2.988)	(12.513)	1.072	81.945
Tributários	-	1.373	(78)	-	-	1.295
Outras contingências (c)	<u>18.764</u>	<u>9.140</u>	<u>(10.172)</u>	<u>(1.678)</u>	<u>558</u>	<u>16.612</u>
Total	128.137	90.512	(33.209)	(19.771)	13.696	179.365

- (a) Refere-se a casos judiciais, principalmente, a pedidos de indenização por eventos ocorridos nas rodovias, ou discussões judiciais com o Poder Público, inclusive ambientais. O incremento identificado no período decorre da tese de responsabilidade objetiva atualmente aceita por parte do judiciário para determinadas situações decorrentes de contratos de serviços públicos.
- (b) Refere-se a pedidos de empregados ou empregados de fornecedores, relativos a horas extras excedentes, adicional de insalubridade entre outros. O incremento identificado no período decorre de discussões sobre a responsabilidade decorrente do conceito de grupo econômico e, dentre estes, parte poderá gerar alguma perda para a companhia, em razão de entendimento processual pelo judiciário trabalhista que denegou seguimento para determinados recursos. Tais casos ainda tem recursos pendentes de julgamento pelos tribunais superiores
- (c) Correspondem substancialmente a processos administrativos do Poder Concedente, em razão do gerenciamento dos indicadores contratuais.

11. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários-Continuação

Adicionalmente, as controladas são parte em processos cíveis (indenizações por acidentes nas rodovias e ações declaratórias) no valor de R\$138.124 (R\$132.967 em dezembro de 2019), trabalhistas no valor de R\$22.169 (R\$20.592 em dezembro de 2019) e administrativos no valor de R\$31.477 (R\$40.232 em dezembro de 2019) ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus assessores legais, para os quais não foram constituídas provisões.

Dentre os processos cíveis das controladas Colinas e Triângulo do Sol, consta ação declaratória proposta pela ARTESP e o Governo do Estado de São Paulo, na qual se discute a anulação do TAM nº 19/06, que aumentou o prazo de concessão, sendo o risco classificado como possível de perda, de acordo com seus advogados. Em novembro de 2017, o processo cuja parte é a controlada Colinas foi julgado improcedente em 1ª Instância, mantendo a prorrogação da concessão e em maio de 2019 restou publicado acordão confirmando a improcedência da ação em 2ª instância. Aguarda-se andamento do processo com apresentação de eventuais recursos pela ARTESP e Governo do Estado de São Paulo para os Tribunais Superiores. Já o processo cuja parte é a controlada Triângulo do Sol está em fase de instrução e aguarda pela conclusão da perícia e produção de provas requeridas.

O saldo de depósitos e bloqueios judiciais consolidado é de R\$252.985 em 30 de junho de 2020 (R\$254.724 em dezembro 2019). O valor de bloqueios judiciais corresponde, principalmente, a processos de natureza trabalhista de terceiros, cujo valor total é de R\$ 380.411, e nos quais as controladas foram envolvidas, apenas, na fase de execução e não figura como responsável (réu) de qualquer ação. A Companhia está adotando todas as medidas cabíveis para reverter o cenário, o qual entende ser equivocado.

12. Provisão para manutenção e investimentos

A provisão para manutenção e investimentos nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos, substituições, serviços de construção e melhorias. Na provisão para investimentos são considerados os valores até o final da concessão e na para manutenção são considerados os valores da próxima intervenção que ocorrem, em média, a cada quatro anos, sendo ajustada a valor presente à taxa de 6,50% ao ano.

A movimentação do saldo da provisão para manutenção e investimentos é conforme segue:

	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	206.156	59.676	265.832
Adições e atualizações	27.814	21.493	49.307
Utilizações	(114.780)	(4.539)	(119.319)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	119.190	76.630	195.820
Adições e atualizações	18.101	3.340	21.441
Utilizações	(59.243)	(1.592)	(60.835)
Saldos em 30 de junho de 2020	78.048	78.378	156.426
Circulante	50.342	39.475	89.817
Não circulante	27.706	38.903	66.609
Total	78.048	78.378	156.426

13. Patrimônio Líquido

O capital social em 30 de junho de 2020 e de 2019 é de R\$738.653 e está representado por 209.254 ações ordinárias sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Quantidade de ações subscritas</u>	<u>Participação</u>
Autostrade Concessões e Participações Brasil Ltda.	104.628	50% + 1 ação
Haulimau Empreendimentos e Participações S.A.	104.626	50% - 1 ação

Reserva de capital

Durante o período de 2012, ocorreram transações societárias que resultaram no início das operações da Companhia. No reconhecimento dessas transações foram apurados os valores justos do direito de concessão adquirido na combinação de negócios quando da aquisição do controle da Colinas e Triângulo do Sol, cuja contrapartida foi a rubrica “Reserva de capital” no patrimônio líquido, de forma reflexa, da Companhia.

Reservas de lucros e distribuição de dividendos

A reserva legal é calculada no fim de cada período social, no montante equivalente a 5% do lucro líquido, até o valor máximo estabelecido em Lei (20% do capital social).

O lucro remanescente, após as destinações previstas em Lei e destinação de dividendos mínimos obrigatórios de 25%, é classificado na rubrica “Lucros retidos” e tem sua destinação decidida em assembleia geral ordinária.

Em 26 de janeiro de 2018, a Companhia efetuou o pagamento dos R\$60.000 para a acionista Autostrade do Brasil S.A, deliberados na ata da Assembleia Geral Extraordinária de 29 de janeiro de 2015, quando a distribuição foi aprovada.

14. Receita operacional líquida

A receita é composta conforme a seguir:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Receita com arrecadação de pedágio	550.386	591.569
Outras receitas - contraprestação pecuniária	8.001	5.811
Outras receitas	10.588	10.590
Receita de serviços de construção	63.766	29.403
Receita bruta	632.741	637.373
Impostos sobre a receita:		
Imposto Sobre Serviços - ISS	(27.758)	(29.806)
PIS	(3.703)	(4.119)
COFINS	(17.091)	(19.008)
Receita operacional líquida	584.189	584.440

AB Concessões S.A. e Controladas
Exercício findo em 30 de Junho de 2020
(Em milhares de reais - R\$)

15. Custos e despesas por natureza

	Controladora	
	30/06/2020	30/06/2019
Despesas de depreciação e amortização (*)	(935)	(1.237)
Despesas com prestadores de serviços	(3.022)	(1.866)
Despesas com funcionários	(12.862)	(11.521)
Despesas com materiais e equipamentos	(87)	(198)
Outras despesas	(1.359)	(1.331)
Reversão de provisão para contingências	(338)	180
Outras receitas, líquidas	11.417	10.686
Total	<u>(7.186)</u>	<u>(5.287)</u>
Classificadas como:		
Despesas gerais e administrativas	(18.605)	(15.973)
Outras receitas operacionais, líquidas	11.419	10.686
Total	<u>(7.186)</u>	<u>(5.287)</u>

(*) Refere-se à depreciação do ativo imobilizado somada à amortização dos direitos de uso contratuais por conta da aplicação do IFRS 16, esta última no valor de R\$ 1.261.

	Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019
Despesas de conserva, manutenção e operação das rodovias	(17.595)	(4.286)
Despesas de depreciação e amortização (*)	(219.217)	(222.578)
Despesas com o ônus variável da concessão	(8.214)	(8.707)
Despesas com prestadores de serviços	(38.882)	(26.478)
Despesas com funcionários	(43.954)	(52.951)
Despesas com materiais e equipamentos	(11.900)	(13.423)
Despesas com construção	(63.766)	(29.403)
Constituição provisão riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(43.314)	(24.331)
Seguro	(10.520)	-
Outras despesas	(7.215)	(9.066)
Outras receitas, líquidas	960	555
Total	<u>(463.617)</u>	<u>(390.668)</u>
Classificadas como:		
Custo dos serviços prestados	(256.027)	(208.917)
Despesas gerais e administrativas	(219.967)	(182.306)
Outras receitas operacionais, líquidas	12.377	555
Total	<u>(463.617)</u>	<u>(390.668)</u>

(*) Refere-se à amortização do intangível somada à amortização dos direitos de uso contratuais por conta da aplicação do IFRS 16, esta última no valor de R\$ 547.

AB Concessões S.A. e Controladas
 Exercício findo em 30 de Junho de 2020
 (Em milhares de reais - R\$)

16. Resultado financeiro

	Controladora	
	30/06/2020	30/06/2019
Receitas financeiras:		
Outros	7	7
Juros com partes relacionadas	84.750	110.730
	84.757	110.737
Despesas financeiras:		
Juros com partes relacionadas	(40.752)	(64.221)
Comissões bancárias e outras	(4.385)	(268)
Outras despesas financeiras líquidas	(5)	(5.432)
	(45.142)	(69.921)
Resultado financeiro	39.615	40.816

	Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019
Receitas financeiras:		
Receita com rendimentos de aplicações financeiras e outras	12.663	15.688
Juros com partes relacionadas	84.750	110.730
Receitas com instrumentos financeiros - hedge	16.970	39.391
Ônus fixo	-	3.073
Outras receitas com operações de instrumentos financeiros	99.543	28.074
Outras receitas financeiras	1.095	35
	215.021	196.991
Despesas financeiras:		
Variação monetária do direito de outorga de concessão - ônus fixo	-	(495)
Variação do ajuste a valor presente	(3.857)	(9.741)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e debêntures	(87.362)	(131.661)
Despesas com instrumentos financeiros - hedge	(5.720)	(23.717)
Outras despesas com operações de instrumentos financeiros	(105.937)	(47.524)
Comissões bancárias e outras	(9.104)	(774)
Outras despesas financeiras	(4.575)	(12.732)
	(216.555)	(226.644)
Resultado financeiro	(1.534)	(29.653)

AB Concessões S.A. e Controladas
Exercício findo em 30 de Junho de 2020
(Em milhares de reais - R\$)

17. Lucro básico e diluído por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do período e a média ponderada das ações, utilizados para o cálculo do lucro básico e diluído por ação:

<u>Básico e diluído</u>	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Lucro líquido do período	62.357	36.790
Média ponderada de ações durante o período	<u>209.254</u>	<u>209.254</u>
Resultado por ação – básico e diluído (em R\$)	<u>298,00</u>	<u>175,82</u>

No período findo em 30 de junho de 2020 e de 2019, a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação; portanto, o lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

18. Informações complementares dos fluxos de caixa

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Fornecedor de intangível a pagar	6.063	(13.820)
Utilização de provisão para investimento na aquisição de ativo intangível	(1.592)	(1.040)

A Companhia classificou os juros pagos sobre debêntures e empréstimos e financiamentos como um fluxo de caixa das atividades de financiamento, pois os recursos captados consolidados têm sido utilizados pela Companhia e suas controladas para o resgate de debêntures anteriores, no refinanciamento de dívidas e no reforço do seu capital de giro.

19. Instrumentos Financeiros

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros estão expostos a riscos, sendo importante a avaliação potencial deles. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A estrutura de capital consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

Os objetivos da Administração são de salvaguardar a capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas.

Índice de endividamento

O índice de endividamento da controladora e do consolidado é o seguinte:

	Controladora	
	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Dívida – partes relacionadas	1.677.453	1.636.701
Caixa e equivalentes de caixa	(53)	(47)
Dívida líquida	<u>1.677.400</u>	<u>1.636.654</u>
Patrimônio líquido	3.224.795	3.162.437
Índice de endividamento líquido	0,52	0,52
	Consolidado	
	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Dívida – debêntures e empréstimos e financiamentos	2.448.069	2.740.512
Caixa e equivalentes de caixa	(554.912)	(721.713)
Dívida líquida	<u>1.893.157</u>	<u>2.018.799</u>
Patrimônio líquido	3.224.795	3.162.437
Índice de endividamento líquido	0,59	0,64

Valor justo dos instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros ao custo amortizado:

O valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se do seu valor contábil a exceção das debêntures e empréstimos, cuja comparação do valor contábil e do valor justo está apresentado a seguir:

AB Concessões S.A. e Controladas
 Exercício findo em 30 de Junho de 2020
 (Em milhares de reais - R\$)

	Controladora			
	30/06/2020		31/12/2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures e Empréstimos	1.677.453	1.701.001	1.636.701	1.661.026

	Consolidado			
	30/06/2020		31/12/2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures	1.990.017	2.167.255	2.191.121	2.358.145

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

A seguir são apresentados os saldos de instrumentos financeiros mantidos pela Administração, conforme suas características.

	Controladora	
	30/06/2020	31/12/2019
	Empréstimos e recebíveis	
<u>Ativos</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	53	47
Partes relacionadas – contas a receber, mútuo e debêntures	2.703.426	2.638.481
Outros ativos	1.071	1.154

	Passivos financeiros ao custo amortizado	
	30/06/2020	31/12/2019
	Passivos	
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	4.423	4.549
Debêntures com partes relacionadas	1.459.417	1.422.756
Mútuo com partes relacionadas	218.036	213.945

	Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019
	Empréstimos e recebíveis	
<u>Ativos</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	554.912	721.713
Partes relacionadas – contas a receber, mútuo e debêntures	2.699.661	2.620.330
Contas a receber de clientes e do Poder Concedente	136.451	144.305
Outros ativos	12.629	11.160

	Avaliado ao valor justo por meio do resultado	
	30/06/2020	31/12/2019
	Passivos	
Instrumentos financeiros derivativos -hedge	159.192	181.325
Instrumentos financeiros derivativos	105.596	97.508
Debêntures	447.459	535.603

AB Concessões S.A. e Controladas
Exercício findo em 30 de Junho de 2020
(Em milhares de reais - R\$)

<u>Passivos</u>	Passivos financeiros ao custo amortizado	
	30/06/2020	31/12/2019
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	73.209	80.074
Debêntures e empréstimos e financiamentos	3.676.722	2.204.909
Credor pela concessão	1.613	3.468
Outras contas a pagar	28.960	30.222

Instrumentos financeiros derivativos registrados pelo valor justo

As contratações de instrumentos financeiros derivativos têm o objetivo desde a proteção ao risco de variação da inflação de suas debêntures que possuem correção indexada ao IPCA, conforme demonstrado na Nota 9, bem como, a preservação desta variação, a partir de instrumentos derivativos, denominados “offset swaps”, com taxas opostas às dos swaps contratados com o objetivo de proteção (hedge) e foram firmadas com várias contrapartes. Os derivativos avaliados com técnicas de avaliação com informações observáveis de mercado são principalmente “swaps” de taxa de juros.

A Companhia e suas controladas utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros por técnica de avaliação:

- Nível 1: são obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: são obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Nível 3: são os obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Em 30 de junho de 2020, as controladas Triângulo do Sol e Colinas mantinham os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo determinados de acordo com o Nível 2, pois consideram outras variáveis na mensuração, e não apenas o preço dos produtos.

A controlada Colinas contratou “swap” para troca de taxa prefixada de 5,00% a 5,70% ao ano adicional à variação do IPCA, por variação do CDI mais 0,279% a 0,677% ao ano. A controlada Triângulo do Sol contratou “swap” para troca de taxa prefixada de 5,4% ao ano adicional à variação do IPCA, por variação do CDI mais 0,725% ao ano. Essa operação, assim como a dívida (objeto do “hedge”), está sendo avaliada de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo.

Em 5 de março de 2018, a controlada Colinas contratou operações de Swap a fim de preservar, aos atuais níveis, o valor justo dos derivativos contratados em 2013. A controlada contratou Swaps para troca de taxa prefixada de 5,00% a 5,70% ao ano adicional à variação do IPCA (ponta passiva), por variação do CDI mais 10,03% a 22,15% em média ao ano (ponta ativa).

Na mesma data, a controlada Triângulo do Sol contratou operações de swap a fim de preservar, aos atuais níveis, o valor justo dos derivativos contratados em 2013. A Companhia contratou swaps para troca de taxa prefixada de 5,40% ao ano adicional à variação do IPCA (ponta passiva), por variação do CDI mais 26,88%, ao ano, em média (ponta ativa).

A posição desses derivativos em aberto, em 30 de junho de 2020, é como segue

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2020
(Em milhares de reais)

<u>Descrição</u>	<u>Data de início dos contratos</u>	<u>Data de vencimento</u>	<u>Posição (valor de referência)</u>	<u>Valor de referência (nocial)</u>	<u>Valor justo ("fair value") 30/06/2020</u>	<u>Valor justo ("fair value") 31/12/2019</u>	<u>Efeito acumulado valor a receber (pagar)</u>
<u>Contratos ponta ativa</u>							
<u>Taxa pós</u>							
Banco Santander (Brasil) S.A.	05/03/2018	17/04/2023	CDI + 10,10%	100.000	120.486	133.904	(13.418)
Banco Santander (Brasil) S.A.	05/03/2018	15/10/2020	CDI + 22,17%	24.000	11.042	10.851	191
Banco Santander (Brasil) S.A.	05/03/2018	15/04/2020	CDI + 26,95%	24.250	0	8.244	(8.244)
Banco Itaú S.A.	05/03/2018	17/04/2023	CDI + 9,98%	157.265	189.110	210.027	(20.917)
Banco Itaú S.A.	05/03/2018	15/10/2020	CDI + 22,21%	32.867	15.127	14.865	262
Banco Itaú S.A.	05/03/2018	15/04/2020	CDI + 26,84%	126.100	0	42.848	(42.848)
Banco BTG Pactual S.A.	05/03/2018	15/10/2020	CDI + 22,03%	18.000	8.272	8.129	143
Banco BTG Pactual S.A.	05/03/2018	15/04/2020	CDI + 27,01%	31.400	0	10.676	(10.676)
Total				513.882	344.037	439.544	(95.507)
<u>Contrato ponta passiva</u>							
<u>Taxa pós</u>							
Banco Santander (Brasil) S.A.	05/03/2018	17/04/2023	IPCA + 5,7%	100.000	158.653	161.819	(3.166)
Banco Santander (Brasil) S.A.	05/03/2018	15/10/2020	IPCA + 5%	24.000	13.295	13.112	183
Banco Santander (Brasil) S.A.	05/03/2018	15/04/2020	IPCA + 5,4%	24.250	0	10.653	(10.653)
Banco Itaú S.A.	05/03/2018	17/04/2023	IPCA + 5,7%	157.265	249.505	254.484	(4.979)
Banco Itaú S.A.	05/03/2018	15/10/2020	IPCA + 5%	32.867	18.208	17.957	251
Banco Itaú S.A.	05/03/2018	15/04/2020	IPCA + 5,4%	126.100	0	55.398	(55.398)
Banco BTG Pactual S.A.	05/03/2018	15/10/2020	IPCA + 5%	18.000	9.972	9.834	138
Banco BTG Pactual S.A.	05/03/2018	15/04/2020	IPCA + 5,4%	31.400	0	13.795	(13.795)
Total				513.882	449.633	537.052	(87.419)
Instrumentos financeiros, líquido					(105.596)	(97.508)	(8.088)
Recebimento de Instrumento Financeiro							1.693
Efeito acumulado no resultado do período							(6.395)

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2020

(Em milhares de reais)

A posição consolidada desses derivativos em aberto, em 30 de junho de 2020, é como segue:

Descrição	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (valor de referência)	Valor de referência (nociona)	Valor justo ("fair value") 30/06/2020	Valor justo ("fair value") 31/12/2019	Efeito acumulado Valor a receber (pagar)	
Contrato ponta ativa (taxa pós):								
Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/2013	15/10/2020	IPCA 5,00%	40.000	13.296	13.112	184	
	12/06/2013	17/04/2023	IPCA + 5,70%	100.000	158.653	161.819	(3.166)	
	12/06/2013	15/04/2020	IPCA + 5,40%	50.000	0	10.653	(10.653)	
Banco Itaú S.A.	12/06/2013	15/10/2020	IPCA + 5,00%	54.778	18.208	17.957	251	
	12/06/2013	17/04/2023	IPCA + 5,70%	157.265	249.505	254.484	(4.979)	
	12/06/2013	15/04/2020	IPCA + 5,40%	260.000	0	55.398	(55.398)	
Banco BTG Pactual S.A.	12/06/2013	15/10/2020	IPCA + 5,00%	30.000	9.972	9.834	138	
	12/06/2013	15/04/2020	IPCA + 5,40%	64.741	0	13.794	(13.794)	
Total				756.784	449.634	537.051	(87.417)	
Contrato ponta passiva (taxa pós):								
Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/2013	15/10/2020	CDI + 0,25%	40.000	9.068	8.911	(157)	
	12/06/2013	17/04/2023	CDI + 0,69%	100.000	101.956	106.142	4.186	
	12/06/2013	15/04/2020	CDI + 0,740%	50.000	0	7.350	7.350	
Banco Itaú S.A.	12/06/2013	15/10/2020	CDI + 0,294%	54.778	12.424	12.209	(215)	
	12/06/2013	17/04/2023	CDI + 0,669%	157.265	160.188	166.694	6.506	
	12/06/2013	15/04/2020	CDI + 0,716%	260.000	0	38.216	38.216	
Banco BTG Pactual S.A.	12/06/2013	15/10/2020	CDI + 0,29%	30.000	6.805	6.686	(119)	
	12/06/2013	15/04/2020	CDI + 0,747%	64.741	0	9.517	9.517	
Total				756.784	290.441	355.725	65.284	
Instrumentos financeiros, líquidos a realizar						159.193	181.326	(22.133)
Instrumentos financeiros, líquidos								159.192
Ajuste de valor justo das debêntures (item protegido)								2.833
Recebimento de instrumento financeiro								30.550
Efeito acumulado no resultado do período								11.250

A Companhia e suas controladas não possuíam contratos de derivativos embutidos.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2020
(Em milhares de reais)

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da Bolsa de Valores de Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa e trazendo a valor presente, utilizando as taxas de DI de mercado para “swaps”, divulgadas, também, pela BM&FBovespa.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros. Durante o período, o “hedge” foi 100% efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros, e, como consequência, o valor contábil das debêntures foi ajustado em R\$ 8.951 e reconhecido no resultado como despesa financeira no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais e de taxas de juros

Em 30 de junho de 2020, a Companhia e suas controladas não apresentavam saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira. A Companhia está exposta a riscos normais de taxas de juros de mercado.

b) Risco de crédito

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia e suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Administração mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As controladas apresentam valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A., conforme descrito na Nota 4, decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”). As controladas possuem carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP. Adicionalmente, a controlada Nascentes das Gerais possui valores a receber da SETOP referentes à contraprestação pecuniária, previstas no contrato de concessão, cujo recebimento depende da negociação com a SETOP, conforme mencionado na Nota 4.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é monitorado por um modelo de gerenciamento que determina as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Administração gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas e linhas de crédito bancário para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa, previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2020

(Em milhares de reais)

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros consolidados não derivativos da Companhia e de suas controladas e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. À medida que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período:

Modalidade	Valor contábil	Juros			Circulante	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 6 anos	Não Circulante	Total
		estimados (i)	Até 90 dias	Mais de 90 dias						
Ativos circulantes e não circulantes:										
Contas a receber	131.392	-	62.247	-	62.247	69.145	-	-	69.145	131.392
Debêntures - partes relacionadas	1.137.732	40.826	-	-	-	1.178.558	-	-	1.178.558	1.178.558
Contas a receber - partes relacionadas	523.577	(77)	-	-	-	-	523.500	-	523.500	523.500
Instrumentos financeiros líquidos	176.935	25.333	30.049	13.289	43.338	102.688	56.242	-	158.930	202.268
Outras contas a receber	10.808	-	-	10.808	10.808	-	-	-	-	10.808
Total	1.980.444	66.082	92.296	24.097	116.393	1.350.391	579.742	-	1.930.133	2.046.526
Passivos:										
Debêntures - principal (ii)	2.611.397	50.461	239.911	653.606	893.517	1.106.552	456.789	205.000	1.768.341	2.661.858
Debêntures – juros	137.901	363.831	78.821	55.667	134.488	306.596	54.994	5.656	367.246	501.732
Credor pela concessão (iii)	1.427	-	1.427	-	1.427	-	-	-	-	1.427
Fornecedores e partes relacionadas	70.834	-	19.287	51.547	70.834	-	-	-	-	70.834
Instrumentos financeiros líquidos	91.856	(188.763)	12.630	-	12.630	(61.331)	(48.207)	-	(109.537)	(96.907)
Outras contas a pagar	27.566	-	2.673	24.893	27.566	-	-	-	-	27.566
Total	2.940.981	225.529	354.749	785.713	1.140.462	1.351.817	463.576	210.656	2.026.050	3.166.510

(i) Fluxos de caixa futuros relacionados a taxas variáveis foram projetados com base nos índices de 30 de junho de 2019 aplicados e mantidos constantes até os vencimentos dos contratos.

(ii) Amortização de principal e pagamento de juros calculados de acordo com as previsões da escritura das debêntures das controladas Colinas, Triângulo do Sol e Nascentes das Gerais. As amortizações de principal da 2ª e 3ª série da controlada Colinas e 2ª série da controlada Triângulo do Sol tiveram atualização monetária por IPCA, conforme escritura.

(iii) Valores nominais.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2020
(Em milhares de reais)

20. Seguros contratados

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas do mesmo ramo.

21. Eventos Subsequentes

Em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 12 de agosto de 2020, foi aprovada a alteração da data de vencimento das Debentures da segunda série, emitidas pela controladora AB Concessões à Controlada Rodovia das Colinas S.A., prorrogando o seu vencimento até o dia 31 de dezembro de 2023.

Em 13 de julho de 2020, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da Rodovia MG Nascentes S.A. no montante de R\$30.000, com a emissão de 61.224.490 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas, em espécie.

Em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 12 de agosto de 2020, foi aprovada a alteração da data de vencimento das Debentures da primeira série, emitidas pela controladora AB Concessões à Triângulo do Sol Autoestrada S.A., prorrogando o seu vencimento até o dia 30 de setembro de 2021.

22. Aprovação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

As informações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo acionista da Companhia e autorizadas para emissão em 02 de setembro de 2020.